

DOPS-PE: ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA MÁQUINA DE VIOLAÇÕES DE 1935-1985

Desde o início da década de 20, começa a se formar no Brasil uma nova tendência política, que passa pelo combate à desordem e ao controle social. Parafraseando as palavras de Washington Luis – para diagnosticar o imaginário político da época: “a questão social é um caso de polícia”¹ – vai-se constituindo a idéia da criação de mecanismos eficazes para estabelecer a ordem o que se resume em outras palavras, no incremento da repressão policial ao movimento operário e todas as influencias causadoras da agitação, principalmente após a criação do partido comunista em 1922 e a representatividade que ele paulatinamente vai alcançar junto as camadas trabalhadoras.

A partir da Revolução de 30, amparada num conjunto de idéias que serviram, antes de tudo, para criar um modelo de Estado autoritário, centralizado e tecnocrata, configura-se um projeto de desenvolvimento para a nação, cujas bases estabeleciam que esse desenvolvimento só seria alcançado, mediante a ordem social. A criação e posterior alteração na estrutura administrativa da DOPS, estão intimamente ligadas à conjuntura política que se abate no país a partir de Trinta, refletindo um processo de redefinição política, voltada para o efetivo controle do poder pelo Estado e para nacionalização da política, cujas diretrizes inaugura um estilo novo de poder, caracterizado pela especialização e inovação dos instrumentos de intervenção do Estado na esfera econômica, política e social.

O Estado brasileiro se complexificava e modernizava, incorporando interesses emergentes e revelando a diversificação da economia e da sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, insere-se a DOPS, que no decorrer de sua atuação comportou-se como um organismo mutante, transformando suas funções ao sabor das necessidades impostas

¹ PESAVENTO, Sandra Jathay. In, O Brasil Contemporâneo. Pág. 36

pela conjuntura. Assim, enquanto os anos 30, representam a reorganização da máquina administrativa em direção ao poder centralizado, forte, controlador e nacionalista, característica que irá repercutir diretamente na montagem de aparelhos repressivo – autoritário, implacáveis na tarefa de silenciar as iniciativas de oposição ao poder instituído. 1937 em diante, irão significar a especialização, o requinte em matéria de qualificação deste aparato policial. Nesse momento, a polícia passa a ser técnica, objetiva e apta a garantir os novos rumos da política numa perspectiva ditatorial.

O novo Estado realizou um reordenamento institucional visando á centralização administrativa e passou a intervir e regulamentar o aparelho burocrático, com a incursão do Estado nos planos educacional, de saúde, habitação e segurança.

Nessa perspectiva, a segurança passa a ser encarada, como uma questão espinhal. Num cenário onde o crime comum passa a dividir a cena com uma nova modalidade de delito - o chamado crime político fez-se necessário aparelhar a tradicional polícia para atender as demandas dessa incômoda modalidade de crime, apontada como o principal fator da desordem e bem como, dos desmandos vivenciados na estrutura política do país, por atentarem contra a segurança do Estado.

O crescimento da atividade sindical, e a consagração da ação comunista, são apontados como os principais vilões da desordem, avultando a necessidade de criação da Secretaria de Segurança Pública em 1931 e, em seguida, após a Intentona Comunista, em novembro de 1935, a oficialização da estrutura administrativa da Delegacia de Ordem Política e Social, criada em 23/12/1935 pela Lei nº 71, substituindo o aparato anterior (serviço de censura às diversões públicas e casas de cômodos), que já funcionava num formato embrionário na Repartição Central de Polícia, órgão que antecedeu a Secretaria de Segurança Pública.

Estava constituída a **polícia política do Estado**, que extrapolaria o período Vargas e assentaria seus tentáculos definitivamente no cenário político-administrativo nacional, como um importante pilar de sustentação do próprio governo.

“O termo ‘polícia política’ segundo Marília Xavier, tem sido utilizado, tradicionalmente para designar um tipo especial de modalidade de polícia que desempenha uma função preventiva e repressiva na História do Brasil, tendo sido criada com fins de escrever e coibir reações políticas adversas, armadas ou não, comprometessem a ‘ordem e a segurança pública’”².

Institucionalizada inicialmente como Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS exerceu um “importante” papel à administração pública local/ nacional, no sentido de ser o organismo responsável pelo rastreamento, controle e punição das ‘anomalias’ que porventura ameaçassem á ordem estabelecida ou imaginada pelo Estado.

A concepção de um órgão dessa natureza no Brasil, faz parte de uma tendência que se disseminou a partir de uma série de fatores responsáveis pela crise de governabilidade, (na perspectiva de segurança, população e governo)³, vivenciada em diferentes pontos do planeta, cujo temor maior, se caracterizava na ameaça de destruição do próprio Estado liberal e conseqüentemente, do modelo capitalista, principalmente após a Revolução de 1917 na Rússia por seu significado político - ideológico e o colapso da bolsa de New York em 1929, que afetou profundamente as economias dos principais países capitalistas, desorganizando sua base de sustentação, pelo menos naquele momento.

A proposta desse artigo se fundamenta em compreender a estrutura administrativa e o funcionamento da DOPS, do momento de sua criação em 1935, até sua transformação no pós-golpe cívico-militar em 1964, com destaque para sua transformação em Departamento no ano de 1961, penetrando no processo de capacitação, que a faz agregar conhecimentos especializados em ‘operações de inteligência’, onde manipula as informações coletadas usadas no controle do social.

² SOMBRA, Luiz Henrique. Departamento Federal de Segurança Pública: ruptura ou permanência? In, DOPS: A lógica da desconfiança. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça/ Arquivo Público do Estado, 1996, p 37-41.

³ FOULCAULT. Michel. In, a Microfísica do Poder. Pág. 277.

Compreender a estrutura de funcionamento coloca-se como tarefa imprescindível, sobretudo, porque em nossa percepção *a informação é um tipo específico de poder*, constitui-se na principal modalidade de cerceamento e controle do social um, entre tantos outros artifícios usados para disciplinar à sociedade, servindo como um importante pilar de sustentação do regime ditatorial varguista e do regime cívico-militar de 1964. Sendo profundamente nefasta pelo seu caráter invasivo, por produzir efeitos no social, alterando o cotidiano e formas de comportamentos, estabelecendo os limites entre o permitido e o não permitido, o “bom” e o “mau” cidadão, como recurso para o bom adestramento, definindo os espaços disciplinares da sociedade.

Sendo uma de nossas preocupações, saber o(s) papel(éis) desempenhados pela polícia e como se deu o processo de violação e intervenção na sociedade ao longo do exercício de suas funções.

Logo cedo a Delegacia de Ordem Política e Social irá se especializar nos processos de produção, coleta, manipulação e processamento da informação, no objetivo de rastrear (inicialmente) o avanço do comunismo no Estado, caracterizado no texto da Lei de criação do DOPS de nº 71, que estabelece:

“Proceder a inquérito sobre os crimes de ordem política e social;

Exercer as medidas de polícia preventiva e controlar os serviços, cujos fins estivessem em conexão com a ordem política e social.

Em novembro de 1937, a Secretaria de Segurança Pública criou o serviço de Repressão ao comunismo em Pernambuco e na mesma data o Interventor Federal dividiu a Delegacia de Ordem Política, tendo por função exclusiva, o Serviço de Repressão ao Comunismo; e Delegacia Social, tendo por função os serviços de vigilância social.”⁴

⁴ Legislação Estadual de Pernambuco. In, coleção de Leis e Decretos de Pernambuco. Imprensa Oficial 1938. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Setor de Impressos.

No interior da atuação da Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS, na época de sua criação até 1946, têm-se as respectivas atribuições de cada setor, que vai agregar outras ações a partir de 1939 de acordo com o documento em tela.

“Inspetoria de Ordem política;

Secção de Ordem social;

Secção de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições;

Secção de Hotéis, Pensões e Casas de Cômodos;

Arquivo Geral

Tesouraria

Cartório

Expediente

Serviço Secreto.

Secção de Ordem Política (serviço externo)

1. **Serviço especial** – contra espionagem em geral

2. **Serviços Diversos**

a) Garantia Pessoal

b) Observações Individuais

c) Fiscalização de Edifícios Públicos e particulares

d) Vigilância nas Estradas e Rodagem

e) Vigilância nos pontos de Embarque, Desembarque e Trânsito Terrestre

f) Vigilância nas Repartições Públicas

g) Vigilância nos Quartéis

h) Vigilância a políticos, Conspiradores, Descontentes, Boateiros, Mazorqueiros, etc.

i) Repressão ao Totalitarismo da Direita (integralismo, Nazismo, Falangismo, Fascismo etc.)

j) Diligências

k) Sindicâncias

l) Controle sobre estudantes e Intelectuais

m) Economia Popular

3. **Serviço Interno**

- a) Estatística
- b) Frequência Pessoal
- c) Comunicações e Informações
- d) Boletim Diário
- e) Serviço Secreto

4. Seccão de Ordem Social

Serviços Diversos

- a) Manifestações, Comícios, etc.

Vigilância nos Locais de Trabalho

- b) Vigilância nos Bairros Proletários
- c) Vigilância nos Logradouros Públicos
- d) Sindicâncias
- e) Diligências
- f) Greves

- h) Repressão ao Totalitarismo da Esquerda (comunismo, marxismo,trotkismo etc.)

- i) Vigilância aos Centros Intelectuais

- J) Vigilância a Fábricas, Sindicatos e Organizações Legais

- k) Observações Individuais

- l) Rondas

(Serviço Interno)

- a) Estatística
- b) Escala de Serviço
- c) Comunicações e Informações
- d) Boletim Diário
- e) Serviço Secreto

SECCÃO DE FISCALIZAÇÃO E EXPLOSIVOS, ARMAS E

MUNICÍOES

- a) Expedição de Licenças e Guias de Transportes
- b) Estatística
- c) Almoxarifado
- d) Fiscalização de Stocks, Importação e Comércio de Explosivos, Armas e Munições.

e) Controle do Comércio de Explosivos, Armas e Munições, nas cidades do Interior.

f) Prontuários

SECCÃO DE HOTÉIS, PENSÕES E CASAS DE CÔMODOS

a) Registro de Estabelecimentos

b) Registro de Agenciadores

c) Fichamento de Hóspedes (entradas e saídas)

d) Relação de Passageiros

e) Controle e Transferências de Proprietários, Fichamento de Estabelecimentos e Mudança de Local ou Espécie;

f) Estatística

g) Prontuários

ARQUIVO GERAL

a) Prontuários em Geral

b) Arquivos de Documentos

c) Informações e Comunicações

d) Fichários em Geral

e) Relações

f) Serviço de Recortes de Jornais

g) Assentamentos dos Funcionários da Delegacia

h) Controle de Endereços

i) Salvo Conduto para Estrangeiros

TESOURARIA E PORTARIA

a) Verba Secreta

b) Verba Pessoal

c) Caixa

d) Passe para Transporte

e) Protocolo

f) Material de Expediente

CARTÓRIO

a) INQUÉRITO

b) CERTIDÕES

c) INTIMAÇÕES

EXPEDIENTE

- a) Ofícios
- b) Portarias
- c) Circulares
- d) Correspondência em Geral
- e) Relatórios

Nota –

Em 1º de Abril de 1942 foi criada a Delegacia Adjunta com atribuições sobre as secções de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições, Fiscalização de Hotéis, Pensões e Casas de Cômodos e Cartório.

Recife, 9 de outubro de 1939

(a) Fabio Corrêa

DELEGADO.⁵

Esta significativa organização interna da Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS, em 1939, corresponde às demandas externas referentes ao período de Guerra, em que o órgão teve que se estruturar para dar conta, por exemplo, da entrada de grande número de estrangeiros em especial os alemães, judeus, e italianos, do avanço das idéias totalitárias de direita e aumento da movimentação das esquerdas e em especial da espionagem, como bem caracteriza o documento. Outro destaque se coloca na fragmentação das funções da Delegacia, que passa a operar em diversas frentes e de forma sincronizada internamente, a lógica interna do aparato repressor está bem caracterizada e a sua documentação irá refletir esse desempenho.

Outro aspecto merecedor de destaque é que uma de suas características se sedimenta nas transformações administrativas que este organismo sofre ao longo de sua existência, o que termina sendo um traço marcante da personalidade pública da instituição policial, uma vez que ao tratar de uma instância extremamente complexa como a sociedade e se basear em mecanismos voláteis como *a informação*-, isso acaba refletindo no perfil do órgão, que

⁵ Fundo SSP/DOPS/APEJE, N°29. 638. Documento n° 98. pág. 98 a 101.

passa a se comportar também de forma oscilante, flexibilizando posturas e ações para poder acompanhar as demandas exigidas no social e poder colher os elementos que os abalizaria a promover o gerenciamento / monitoramento da sociedade, numa perspectiva de controle.

E isso é verificável nas constantes alterações ocorridas em seu regimento interno, (basta comparar as atribuições do órgão em 1935 e em 1939) no intuito de acompanhar às mudanças que se processam na sociedade, promovendo ao mesmo tempo um ajuste em sua estrutura orgânica, dando-lhe mais competência, autonomia e legitimidade para agir.

Por tratar essencialmente do crime político e suas implicações, a DOPS, acumula experiência, que paralelamente constrói o seu perfil administrativo, que interferem diretamente nas práticas, nas estratégias baseadas na vigilância, censura e repressão.

No exercício metodológico de compreender o funcionamento do órgão detentor das informações vitais sobre os indivíduos e diversos segmentos sociais, acaba sendo necessário e fundamental, rastrear as rupturas e permanências que estão associadas ao órgão, para que possamos traçar um panorama de sua atuação em Pernambuco.

Vejamos as linhas gerais da trajetória administrativa da DOPS com as respectivas referências da Legislação:

“Seção de Ordem Política e Social – início de 1931 a fins de dezembro de 1934, subordinada à Secretaria de Segurança Pública (...);

Inspetoria de Ordem Política e Social- Criada pelo Decreto- Lei 367, de 29/12/1934, até 22/12/1935;

Delegacia de Ordem Política e Social- Criada pela Lei 71, de 23/12/1935 até 15/10/1946;

Delegacia de Ordem Política, Econômica e Social – Criada pelo Decreto- Lei nº1.481, de 16/10/1946;

Delegacia de Ordem Econômica – Criada pelo ARTIGO 29 do Ato das disposições Constitucionais transitórias da Constituição de 1947, em 25/07/1947;

Delegacia Auxiliar – Criada pela Lei nº423, de 31/ 12/1948. E Decreto nº58, de 17/01/1949;

Inspetoria de Ordem política e Social – Criada pelo Decreto - Lei 1403, de 03/07/1946, foi restaurado este cargo com a denominação que lhe atribui o Decreto – Lei 367, de 29/12/1934.

Delegacia Auxiliar – Reestruturada pelo Regulamento da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública- Decreto 382 de 23/12/1957; Departamento de Ordem Política e Social – Decreto 176 de 15/04/1961, permanecendo até sua extinção em 22/03/1990 pelo Decreto nº 14. 276”.⁶

As alterações administrativas que sofre, faz parte de um programa regular de avaliação / adaptação estabelecida pela Secretaria de Segurança Pública, como forma de controle interno e externo. A vigilância atingia também a própria polícia. A exemplo desse aspecto, o acervo dispõe de um fichário completo com informações sobre investigadores, agentes, informantes e colaboradores que eram monitorados pelo órgão, que entre outras funções, tinham que prestar contas de sua prática policial ao secretário, cobrada através de relatórios. Este expediente em especial passa a ser um dos objetos de nossa análise, pela riqueza de informações que contém, permitindo entre outras coisas, que possamos reconstituir as práticas, no cumprimento de suas funções principais que são investigação, censura e repressão⁷.

A partir de sua análise nos foi permitido traçar três grandes momentos significativos de sua trajetória: O primeiro refere-se à sua criação em 1935, e o destaque é a menção de sua existência num caráter embrionário e de menor alcance social, já em 1931/1934, quando se percebe a intenção de institucionalizar uma polícia especializada num crime diferente, porém cada vez mais corriqueiro e que se caracterizava como crescente ameaça - *o crime político*. O detalhe é que esse organismo é oficialmente criado em dezembro de 1935, sintomaticamente após a “Intentona Comunista” de 25, 26 e 27 de novembro de 1935, ocorrida em Natal – RN, Pernambuco e Rio de Janeiro.

⁶ Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional Nº 29.638

⁷ SILVA, Marcília Gama. In, Revista do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Vol. 42 nº47 Pág.79/80.

O segundo momento, se destaca como uma preparação embrionária de uma forma de atuação que será adotada após O golpe de 1964, quando a polícia política passa a agir articulada junto aos outros órgãos e instâncias militares e policiais do País.

Essa estratégia, será posta em prática pela primeira vez de 1938 em diante, nos anos de Guerra, onde ela irá se voltar para o combate das idéias totalitárias de *esquerda* “*como (comunismo, marxismo, trotskismo, e Leninismo) mas também de direita como (integralismo, fascismo, nazismo e falangismo)*”⁸.

Nesse momento se opera uma importante alteração de sua linha de ação uma vez que ela passa a agregar elementos de uma vigilância que contempla *as idéias*, e como elas interagiam no social. 'Elas' passam a ser o alvo principal da repressão, não importavam se de direita ou de esquerda, mas o que estava em evidência era a sua nocividade, o grau de perturbação que operava no social.

Em se tratando do Segundo Conflito Mundial, a Delegacia não esteve imune á essa influencia e para isso, na tentativa de combater o ideário nazista, ela irá se articular com as principais forças de segurança nacional, na troca de informações com outras unidades DOPS do país e as forças armadas, procedimento que a fará potencializar a atuação e os resultados de uma articulação em *rede*, tanto ao nível das informações, como ao nível das práticas de controle do social, sobretudo, com o ingresso de organismos internacionais de espionagem como a CIA, INTERPO. Vale salientar, que é desse momento, que se ouve em caráter primário o termo espionagem e inteligência, que se traduz numa experiência muito fértil para a DOPS-PE, na medida em que terá uma oportunidade real de se reciclar, trocar experiências, informações e práticas, viabilizadas através dos contatos com agentes estrangeiros.

Cria-se uma rede formada pela polícia marítima, as forças armadas, os órgãos de espionagem internacional, e os DOPS em caráter nacional, que possibilitará entre outras coisas, uma das maiores experiências vivenciadas pelos agentes locais, á nível de

⁸ Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional Nº 29.638

intercâmbio, na troca de informações, na inovação das formas e procedimentos utilizados, nas técnicas de investigação, sobretudo de interrogatório, enfim na troca de experiência que lhes permitirão potencializar, sua prática de vigilância censura e repressão.

Essa experiência será reeditada pós 1964, quando em nome da Segurança Nacional em tempos de Guerra Fria, vai se estabelecer um novo intercâmbio entre as Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas e organismos de informações locais, nacionais e internacionais em especial á CIA e FBI, que patrocinará uma série de treinamentos aos agentes federais brasileiros, escolhidos a dedo pelo desempenho, pelo serviço prestado a repartição, curriculum e por merecimento, sendo indicados para receberem treinamentos nos Estados Unidos, no objetivo de combater o inimigo comum – o perigo vermelho – que segundo os agentes da informação, eram responsáveis por toda sorte de idéias e comportamentos, considerados subversivos.

Entender essa estrutura é fundamental para verificarmos um dos comportamentos mais estratégicos do DOPS, que se traduz no poder de troca de informações e no intercâmbio entre as instituições. Nesse sentido, a Delegacia de Ordem Política e Social tratou de instalar “escritórios” nas repartições estratégicas por onde perpassava todos os tipos de informações cujo teor ia de conteúdos simples à particulares, comprometedores, sigilosos, expondo para a polícia, as veias abertas das vicissitudes sociais, com suas fragilidades, seus segredos, restrições e privacidades, que eram manipuladas de forma estratégica pelos agentes, que as usavam ao sabor de seus interesses e objetivo, utilizando para isso, toda espécie de artifícios, métodos e práticas policialescas, respaldadas na informação obtida, para tolher o indivíduo, confrontar, especular, ameaçar e chantagear e obter seu apoio em ações específicas de delação e colaboração.

Nessa categoria destacamos como repartição emblemática que atuou como colaboradora desse tipo de atuação, - os Correios e Telégrafos. Através dele, giravam uma gama significativa de ligações, informações que se tocavam, chegavam, saiam, perpassavam e caíam nas mãos dos censores especialistas em interceptar correspondências, lê-las e fazer as

conexões, montando assim, uma grande rede de informações conseguidas de maneira ilegal, por violar a constituição, os direitos e garantias do cidadão.

O uso dessas informações tinha as mais diversas utilidades, serviam, por exemplo, para localizar o destino / paradeiro de alguma liderança política, sindical, ou algum elemento procurado considerado subversivo, serviam para ameaçar, intimidar, e implantar o exercício do medo aos indivíduos, que ocupavam ou não postos estratégicos, ou simplesmente posicionados num lugar comum, ou em qualquer lugar/posição social, cujo papel e ocupação eram decisivos para dirimir alguma querela útil para a polícia, para resolver algum ‘nó’ no quebra-cabeça da investigação ou simplesmente usado como troca de favores e colaboração.

As informações serviam como facilitadoras para resolver os mais variados tipos de entraves, problemas, exerciam um poder de persuasão eficaz, servindo ainda, para induzir a confissão / delação de algum indivíduo, às vezes, como tráfico de influência nas instâncias e níveis diferenciados das cadeias hierárquicas de poder, enfim, agiam como -a chave- que abriam as portas da investigação conseguindo o “impossível”.

É nesse caráter volátil, são esses dados manipuláveis, que fizeram a diferença no exercício do aparato repressor e nos resultados. Permitiu fazer das práticas policiais um aprendizado constante, levando-os a se especializarem num tipo bem flexível de atuação, diríamos até, ambíguo, malicioso. Escorregadio na fase de coleta, mas extremamente burocratizado e operante na fase do cumprimento da lei, atuando o indivíduo, enquadrando-o (para isso tinham até cartório operando internamente a qualquer hora do dia ou da noite). A instituição aprendeu a seu modo, a ser dúbia, descobrindo o poder de alcance de sua atuação e, sobretudo os efeitos de poder que esses procedimentos provocavam na sociedade. O significado disso faz-se sentir com a criação de procedimentos cada vez mais sofisticados no trato da informação, em suas mais diversas formas de manifestação e captura que são: produção, coleta, análise, cruzamento de dados, manipulação, tratamento, classificação e arquivamento.

Por produção entende-se: – “preparação e gestão de correspondência, de informes e diretrizes, fomento de sistemas de informação e aplicação de recursos a esses processos”.

A tarefa de manutenção/manipulação... – “subentende criação e melhoramento das rotinas de arquivos e de recuperação de dados, correios e telecomunicações, seleção e uso de equipamentos, produção e manutenção de documentos vitais e sua destinação”⁹.

A engrenagem da polícia política se consubstancia na articulação da informação com a sociedade, cujos efeitos provocam a alteridade de comportamentos respaldada no medo, a mudança do cotidiano, a elaboração de saberes que são produzidos e estabelecidos em épocas diferentes, como forma de enquadrar os indivíduos e promover a exclusão social. A clandestinidade, o cerceamento das ações e liberdades, o cárcere, as valas comuns, era o lugar daqueles que incomodavam o instituído e o resultado da ação da polícia junto aos que insistiam em sobrepor á ordem. O substrato dessas ideias traduzir-se-á, na formação de um arquivo diferente, prova cabal e marco divisório, entre o crime comum e o crime ideológico/político. Base da especialização policial, que irá por sua vez, simbolizar a passagem da polícia comum para a polícia política. Para atuar com essa nova categoria de crime, esta polícia política se aperfeiçoa no objeto de sua atuação, que é a *informação*, isso pressupõe um trabalho de coleta, tratamento, diagnóstico e seleção por categorias de assuntos/temáticas variadas, que aglutinam, caracterizam, dão forma, aos delitos de natureza intelectual, responsável pela criação de um patrimônio documental inigualável, que em sua essência, representam as “provas materiais” dos crimes de natureza ideológica. Cuja função será absorvida pelo Estado em 64, constituindo-se um organismo invasivo, violador dos direitos fundamentais, poderoso em sua forma de atuação “fora da lei”, mas, ao mesmo tempo concebido e adotado pelo Estado, como elemento de segurança fundamental na manutenção da ordem nacional.

É importante frisar esse caráter dúbio do DOPS, eles inscreverão uma nova modalidade de ação do Estado ao permitir de forma escusa práticas ilegais, que em termos

⁹ JARDIM, José Maria. In, Revista Acervo-v.2/nº2 pág. 36 a 42. Conceito e a Prática de Gestão de Documentos. Pág. 36. 1987, Rio de Janeiro.

administrativos, as mudanças sofridas no setor de segurança pública, correspondem a um processo gradual de adequação dos órgãos policiais às novas exigências do poder, em direção a uma qualificação e especialização técnica voltada para a vigilância, a censura e a repressão, em defesa da ordem e do controle social, a qualquer preço, como recurso extraordinário usado a serviço da ordem e segurança.

No universo de atuação policial, fazia-se necessário criar os mecanismos favoráveis para o devido enquadramento do indivíduo considerado “subversivo”, e para isso era imprescindível à criação de “provas” para legitimar esse ato, dando a idéia de uma intervenção junto à sociedade, respaldada em “provas reais” que justificavam em última instância a ação intervenção policial.

Eram cidadãos “aparentemente” comuns que atuavam nos bastidores da repressão. Seja oficialmente ou oficiosamente. Cabia-lhes processar, manipular através de um rigoroso ritual, a coleta de informações ou subsídios que servissem de pista ao esclarecimento de alguma necessidade, fazia o mapeamento do espaço, dos locais em que iriam atuar, sistematizavam as categorias de informes e dados que coletavam os assuntos que tratavam cada informe ou denúncia, estavam do outro lado, rastreavam como cães os indivíduos diretamente ligados às denúncias ou indícios, fazendo com que as informações se articulassem ao seu objeto e assim de uma forma integrada, dava sentido à investigação. A lógica operava da seguinte forma: uma informação/indivíduo remetia a outra que remetia a outra formando uma grande rede de informações.

Pertencia ao arquivo, às funções de gerenciar os serviços dos prontuários em geral, dos arquivos de documentos, informações e comunicações, fichário em geral, relações e listagens, serviço de recortes de jornais, assentamentos dos funcionários da delegacia, controle de endereços, salvo conduto para estrangeiros, índices, prontuários e fichas, fichários e controle das organizações políticas em geral; índice de prontuários das associações de classe do estado e do país, índice dos prontuários dos comissários, investigadores, e escrivões da capital; índice e prontuários de artistas teatrais; informações

e requerimentos; confecção de boletins de sindicâncias e informações em processados de naturalização; busca em relações de aviões e navios; encadernação de jornais comunistas, ofícios e telegramas; biblioteca; arquivo de ofícios e documentos em geral; informações em geral¹⁰.

Assim, é que se apresentam numa primeira perspectiva, à ação desses oficiais da informação, que no exercício direto de suas atividades produziram e/ou apreenderam um farto e diversificado acervo, composto de documentos iconográficos e textuais, presentes nos prontuários individuais e funcionais, que serviram como já foi dito, como elemento de prova para o enquadramento do indivíduo.

Além desses há um grupo, que vive em completo anonimato, mas são extremamente eficientes são os chamados espões ou S2 ou X9. Estes vivem à margem de qualquer suspeita, conhecem profundamente a arte da espionagem e sobrevivem muito tempo às escusas, até por uma questão de segurança e eficácia do serviço que lhe é confiado. Parafraçando Foucault, *“nenhum de seus episódios localizados pode ser inscrito na história senão pelos efeitos por ele induzidos em toda a rede em que se transforma”*.

A questão do poder está associada à noção de efeito, de ação, de plenitude. E isso foi cedo compreendido pelos principais integrantes da ESG e depois o SNI, o maior organismo de informação criado até então no País.

Instala-se com o golpe cívico-militar uma rede de informações sem precedente na história, onde os serviços de informações de todas as esferas de poder local, nacional são articulados numa engrenagem, cuja expressão maior foi representada na versão do que Golberri do Couto e Silva, a qual denominou de – *“o monstro de inúmeros tentáculos”* detinha o conhecimento de informações capaz de subordinar, apagar ou destruir qualquer liderança oposta aos interesses estabelecidos pelo Estado.

Alguns desses efeitos são observados em inúmeros episódios, que vão da delação, vigilância permanente, diversos graus de torturas, até a eliminação de indivíduos. Nessa

¹⁰ Fundo SSP/DOPS/APJE. Prontuário funcional N° 29.638 – Delegacia Auxiliar.

categoria, hoje, com a criação das Comissões Nacional e Estaduais da Verdade e Memória tem sido levantados inúmeros casos de desaparecidos políticos, bem como, a busca das vítimas do regime, como ação incansável das entidades de direitos humanos em diversos Estados brasileiros, numa tentativa de reparação às violações gravíssimas cometidas pelo Estado brasileiro durante o regime de exceção. Conhecer em profundidade o funcionamento dessa máquina de violações, entender seus parceiros e o modus operandi é um passo significativo no sentido de nunca mais permitir que isso aconteça em nosso país.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil(1964-1984). Tradução de Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1984.362p.
2. ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde. A construção da verdade autoritária: Palavras e Imagens da Interventoria de Agamenon Magalhães em PE. São Paulo: USP, 1995. 271 p.
3. ARENDT, Hannah. O sistema totalitário. Lisboa, Don Quixote, 1978.
4. BALANDIER, Georges. O poder em cena, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982,
5. BENJAMIM, Walter. Crítica do Poder. Crítica da Violência. Documentos de Cultura. Documentos de barbárie. São Paulo, Cultri/EDUSP, 1986.
7. PESAVENTO, Sandra Jethayr. O Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2001.
8. BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Introdução à análise do discurso. Campinas São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.
9. CHAUI, Marilena. Conformismo e resistência, o discurso competente e outras falas. São Paulo: Brasiliense, 1989..
10. FICO, Carlos. Como Eles Agiam. Rio de Janeiro: Record, 2001. 269 p.
11. FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do saber. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2000. 239 p.

12. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Org. e Trad. Roberto Machado
15.^a ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 295 p.
13. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Trad. Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis
10.^a ed. Editora Vozes. 1987. 280 p.
19. JARDIM, José Maria “Sistemas e Políticas Públicas de Arquivo no Brasil.
Niterói: EDULFF, 1995.